

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO IV, Nº205 MAIO - PORTO VELHO, 2006
Volume XVI Janeiro/Março

ISSN 1517-5421

EDITOR

NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História
ARNEIDE CEMIN - Antropologia
FABÍOLA LINS CALDAS - História
JOSÉ JANUÁRIO DO AMARAL - Geografia
MIGUEL NENEVÉ - Letras
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia

Os textos no mínimo 3 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows" deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 150 EXEMPLARES

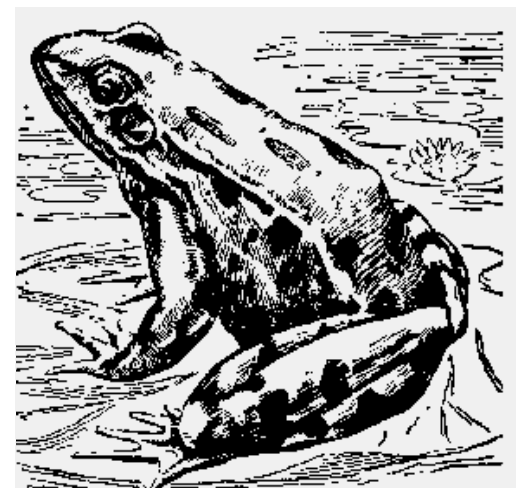
EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

205



A Oralidade Como Manifestação e Constituição de Aprendizagem

Maria da Conceição B. de Souza



A Oralidade Como Manifestação e Constituição de Aprendizagem

Maria da Conceição B. de Souza
Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Mestranda em Linguística
Ceyssa_@hotmail.com

Neste artigo discutir-se-á a aquisição da oralidade dos alunos de uma escola pública de Porto Velho – RO. Partindo de uma concepção dialógica com base nos pressupostos de Bakhtin (1979), Lemle (1998), Cagliari (1997), constatou-se inicialmente, que as atividades desenvolvidas em sala de aula eram fundamentalmente reprodutoras e o espaço de produção de texto oral era regulado pela autoridade do professor. Os alunos apenas respondiam às perguntas nos intervalos das atividades comandadas. Instaurou-se uma intervenção, iniciou-se uma maneira dialógica de produção textual a partir de histórias orais, priorizando o resgate das experiências e histórias. A partir daí, os alunos passaram a contar, a registrar e a recriar as histórias. Conclui-se que o uso de narrativas oral proporciona êxito no desenvolvimento da produção textual oral em classes populares.

Vários estudos têm, por um lado, comprovado que não há uma divisão dicotômica entre fala e escrita. Também tem sido desmistificada a supremacia que essa exerceu sobre aquela. Por outro lado, pesquisas têm demonstrado que as crianças de classes populares é rica em experiências e se comprazem em relatar oralmente suas histórias.

Objetivou-se nesse artigo refletir sobre a oralidade de crianças em séries iniciais, considerando, sobretudo, as condições em que esses discursos são produzidos. A escola pesquisada está situada à margem do rio Madeira. As crianças são pequenas e cursam o ensino fundamental.

Percebemos que elas pouco se expressavam dentro de sala de aula, não falando sobre suas vidas. É como se na escola fosse proibido falar de si, da vida que se leva. É como se na escola só fosse permitido estudar no livro, decorar, repetir, copiar mecanicamente o texto. E as histórias? Essas que a mãe conta. Essas que ouvimos por aí quando estamos com os amigos?

Essas são quase proibidas. A proibição não é aquela explicitada “não faça!”, “Não pode!”, mas outra, mais perigosa.

Força-se um discurso imposto hegemônico acerca do outro, ocupando todos os espaços de fala com as frases e palavras prontas, vindas do professor e do livro.

A partir de pressupostos teóricos de Bakhtin (1979) , que resgata a linguagem como processo social e Cagliari (1997) , que defende o trabalho da oralidade na escola, pelo fato de resgatar e recriar as histórias e experiências de vida a partir da leitura e da compreensão crítica da realidade, foram desenvolvidas em grupo, atividades em que os alunos narravam para os colegas e professor suas versões sobre as histórias ouvidas em sala, na escola, em casa ou na rua, deixando que eles as reconstruíssem oralmente através de uma prática conjunta em diálogo e dramatizações.

Sabendo-se que é relativamente recente o modo de pensar a oralidade e a escrita como díade isto é, como fenômenos que constituem um continuum que ao mesmo tempo diferenciam-se, interpenetram-se e ao mesmo tempo evidenciam especificações e revelam similitudes num processo de mútuas influências, de aproximação e distanciamento. Este modo de pensar a oralidade e a escrita, como uma díade complementar e não antitética, vem-se afirmando, nas últimas décadas nos estudos e pesquisas desenvolvidas nas ciências sociais: na história, na sociologia, antropologia, psicologia, na literatura comparada, na linguística, na educação.

Assumimos neste trabalho um modo de pensar a oralidade e a escrita como díade complementar para interpretar e analisar o processo de vivências da criança quando, imersa no mundo da oralidade, é introduzida, pela escola, ao mundo da escrita, quando o mundo da letra começa a invadir o seu mundo da voz. Em outras palavras: neste trabalho, propõe-se um modo de pensar o processo de alfabetização como uma vivência pela criança da oralidade e da escrita como fenômenos complementares.

Até recentemente (ainda hoje?), a aprendizagem da leitura e da escrita pela criança era (é?) considerada como uma transição do mundo da oralidade para o mundo da escrita. Transição entendida como trajeto, passagem de um lugar para o outro: do lugar daquele que não sabe ler e escrever para o lugar daquele que se apropria da tecnologia da escrita.

Acreditamos que o sujeito se constitui socialmente, por isso um dos grandes desafios da pesquisa foi resgatar as histórias orais dos alunos e ²

trabalhar as variações dialetais, como uma forma de compreendermos sua cultura e a influência da língua falada na língua escrita.

A homogeneização da linguagem e da cultura postulada pela escola renega muitas vezes o sujeito-falante, colocando-o em situação de inferioridade, sendo assim, tornou-se necessário propiciar ao aluno o desenvolvimento de atividades voltadas à oralidade, na medida em que se resgatasse nessas histórias vivências, experiências do cotidiano.

Sabendo-se que a linguagem é o que caracteriza a marca do homem enquanto sujeito-social, o respeito por sua história e por seu dialeto, permite o relato de suas experiências de vida, uma vez que a produção oral de texto lhe possibilita o resgate de sua cultura, contribuindo assim para o registro das suas experiências como sujeitos sociais produtores de textos.

A sala de aula é um espaço em que acontecem as situações de aprendizagem. O trabalho com a oralidade do aluno é algo que nos parece essencial. A escola procura em sua prática pedagógica dar ênfase ao trabalho da escrita, prova disso, é que um dos objetivos principais da alfabetização é ensinar a ler e a escrever, no entanto não se quer dizer que o trabalho com a escrita e a leitura não seja importante, mas acredita-se que tanto uma como a outra não devem ser trabalhadas isoladamente, pois a associação dessas habilidades pode contribuir para um maior êxito no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido Lemle, afirma que: "A complexidade da civilização entre língua falada e língua escrita, na medida em que se interessa muito, em nossa civilização, que a língua escrita tenha um alcance de comunicação bem amplo".

A hierarquização da escrita sobre a fala é prejudicial ao ensino, tanto para o aluno quanto para o professor, por um lado o aluno é prejudicado por não ter oportunidade de expressar-se oralmente, por outro, o professor deixa de conhecer melhor a variante dialetal do seu aluno e compreender os fenômenos da fala que são transcritos nos textos escritos por ele. Cagliari, acrescenta que: Se a Escola tem por objetivo ensinar como a língua funciona, deve incentivar a fala e mostrar como ela funciona.

O silenciamento causado pela prática autoritária da escola gera um ambiente em que o aluno sente-se muitas vezes acuado para narrar suas histórias e compartilhar suas experiências com os seus interlocutores.

No trabalho com a oralidade do aluno, na verdade o que se busca é resgatar as singularidades existentes nas histórias produzidas por eles e conseqüentemente o que se vislumbra é o sujeito-falante que se constitui no texto que produz, porque ao narrar sua história o sujeito constrói seu discurso à medida que constrói sua história de vida, por isso o desenvolvimento de atividades com a produção de texto oral proporciona ao aluno uso de sua imaginação, criatividade. De acordo com Bakhtin "O sujeito como tal não pode ser percebido nem estudado como coisa, posto que sendo sujeito não pode se quiser continuar sê-lo, permanecer sem voz, portanto, seu conhecimento, só pode ter o caráter dialógico".

Buscamos inicialmente trabalhar com histórias escolhidas pelos alunos, pois havia um grande interesse pelas lendas regionais que proporcionou ao aluno narrá-las dando sua própria versão e, assim intercambiar suas experiências de vida. Uma das lendas escolhida para ser objeto de estudo foi a da Vitória-Régia que contamos assim: "Uma índia chamada Naia se apaixonou pela Lua, Jaci, que era um misterioso moço. Ele seguiu todos os dias os passos de Jaci, por meio dos reflexos da lua sobre os objetos da terra, mas, sobretudo, Naia acompanhava os reflexos da Lua no rio, sua cor dourada, ora sua clareza e luminosidade, ora sua escuridão. Percebendo a indiferença de Jaci que parecia a cada dia, mais distante, Naia, na ânsia de encontrar no rio os seus rastros e triste por conviver com o constante silêncio de Jaci, acaba por mergulhar nas águas para buscar, nas profundezas do rio, o seu grande amor. Nesse momento a correnteza leva o corpo de Naia e ela se transforma em uma grande flor cheia de perfume: a Vitória-Régia".

Todas as crianças tiveram oportunidade de acrescentar a essa história suas experiências de vida. Alguns perguntavam se a Vitória-Régia existia somente na Amazônia, outras queriam mais detalhes sobre como foi que a índia Naia transformou-se em flor. Algumas disseram que essa era a maior e mais cheirosa flor do mundo. O importante é que um fio discursivo foi sendo tecido durante as aulas, entrecruzando culturas, mitos, crenças e sonhos. Cada qual compreendia a história sob o ponto de vista de sua historicidade e a aula constituiu-se em um grande espaço dialógico, onde um e outro ia colocando sua vida, sua experiência e seus sonhos. Ao recontar a história, muitos acrescentavam detalhes de sua imaginação. Foi o que aconteceu com a narrativa oral a seguir:

"Era uma vez uma menina que se chamava Naiá, ela era uma menina muito bonita, ela viu uma lua muito bonita e ela se apaixonou por ela. Mais a lua não ligava pra ela não, aí então ela não quis mais vivê, ela quis morrer, porque ela procurou a lua que chamava Jaci em todos os lugares e não encontrava nunca. Ela viu

a lua num rio muito bonito todo cheio de cor. Eli era dourado, prateado, muito lindo. Aí, a correnteza levou o corpo da indinha e ela se transformou em uma linda flor
camada de Vitória Régia”.

O que se observou nessa história contada pela criança é a presença de algo inaugural e singular: “Ela viu a lua num rio muito bonito”. Como se pode perceber, a criança, ao recontar a história, recria, compartilha seu universo vivencial e o transforma.

Os textos produzidos oralmente apresentavam uma nova realidade, passaram a ser ricos de vivência, de história e, sobretudo, ricos de informações, misturavam sonho e realidade. A estrutura do texto escrito também passava a um novo formato, apresentando, inclusive, recursos como a intertextualidade: uma mistura de frases retiradas das histórias contadas e narradas relação entre vida e sonho, realidade e fantasia.

O desenvolvimento da oralidade, a partir de um processo interlocutivo de contar histórias e relatar experiências, pode transformar a escola em um espaço lúdico e criativo, capaz de formar sujeitos cidadãos, reconhecedores de sua cultura e de seu lugar na história. Esses resultados poderão servir para a transformação do espaço escolar pedagógico em espaço de criação e transformação humana, onde a produção textual oral ou escrita seja permeada pela experiência.

Além disso, acredita-se que o espaço escolar deva ser um lugar que propicie ao aluno o seu desenvolvimento enquanto cidadão por meio de um ensino baseado na realidade, tendo em vista que a linguagem oral acompanha-nos onde quer que estejamos, servindo de mediadora entre o sujeito e o mundo.

Por outro lado, o trabalho envolvendo a oralidade é de relevante importância dentro do processo de aprendizagem, uma vez que esse propicia ao aluno o desenvolvimento de habilidades para formular e responder perguntas e manifestar-se, além de acolher opiniões dos demais, porque à medida que a criança avança na escolaridade, as exposições orais, principalmente na apresentação do trabalho, tornam-se comuns em sala de aula. A escola precisa tratar da expressão oral desde as séries iniciais, pois ela é um fator constituidor de aprendizagem, portanto primordial ao ensino.

Considerando finalmente que a prática educativa é um processo continuado, portanto, não é possível pensar na conclusão de um trabalho cujo desdobramento é o infinito.

VITRINE

A RAZÃO GULOSA:

Filosofia do Gosto

MICHEL ONFRAY
Rocco

RESUMO: O paladar e o olfato são, entre os cinco sentidos, os que usufruem de pior reputação já que são generosos em mostrar o quanto o homem que pensa e medita é ao mesmo tempo um animal que sente cheiro e saboreia. Daí o descrédito lançado a todas as atividades estéticas que fazem apelo aos sabores e aos odores, assim, como às artes da cozinha e da bebida. Este livro quer atribuir a dignidade filosófica que falta aos domínios da mesa e a responder afirmativamente a questão de Nietzsche: existirá uma filosofia da nutrição?

SUMÁRIO: Pequena Teoria das Bolhas; Polidez Gulosa e Cena Gastronômica; Vias de Acesso aos Intestinos; O Útero, a Trufa, e o Filósofo; Breve Mitologia das Religiões excitantes; O Império dos Signos Culinários; Celebração da Parte dos Anjos; Estética do Efêmero; Por uma Filosofia Estendida ao Corpo.

Áreas de interesse: Filosofia, Gastronomia, Hedonismo.

Palavras-chave: Filosofia , Culinária, nutrição, Comportamento Humana